

António de Jesus Paulo e a luta pelas 8 horas nos campos do Alentejo

Luta pelas 8 horas

“Em Abril de 1962, na Berlanja, as pessoas – nessa herdade – manifestaram-se pelas oito horas de trabalho mas a coisa não resultou. (...)”

Agora aqui é que vai começar a verdadeira luta pelas oito horas de trabalho. (...) O José Lopes e eu, começámos por incitar as mulheres e os próprios capatazes, a consciencializá-los para que eles também fizessem parte na grande luta que estávamos a preparar, que eram as oito horas de trabalho. Foi muito fácil conquistar os capatazes, o da Vila era o Aníbal Pedro, este até era ainda meu parente, o outro de Santa Catarina até era membro do Partido Comunista. Quando lhe falei nisto ficou um pouco calado a olhar-me e depois veio junto de mim e deu-me um forte abraço dizendo com uma lágrima no olho: “É camarada, era muito bom se nós alcançássemos essa grande vitória. Vai ser um sonho que eu sempre tenho sonhado, mas todos os dias, quando acordo nunca o vejo realizado e fico triste. E, quanto às mulheres, nós vamos prepará-las para essa grande tarefa”.

Também foi fácil conquistar o senhor José Lopes, as mulheres da Vila e o seu capataz.

Mas eu, para além das mulheres e do seu capataz que era o Joaquim Granja, tinha o meu sogro que era o encarregado geral. Comecei por lhe ir dizendo à noite quando ia à sua casa (ele morava bem perto de mim). Da primeira vez estava assim com um certo receio mas acabei por lhe dizer: “Qualquer dia, mais dia, menos dia, vamos ter as oito horas de trabalho.” “Mas quando?” “Já não falta muito.” “Isso é que era bom. Mas tu não vês que não pode ser?” “Pode ser, pode.” – respondi. E essa coisa de você ser o encarregado e caso oiça alguém a dizer seja aquilo que for, você limita-se a dizer que nada ouviu e livra a sua responsabilidade e também a da pessoa que a disse. Faça-se de conta que também ela nada disse. Percebeu o que eu lhe falei?” “Percebi sim.” “E você já viu, se for neste Verão que isso aconteça, nós largamos o trabalho com quatro horas de sol. Para as pessoas como você, meu sogro, que têm a sua horta para tratar vai ser uma maravilha. Têm tempo para fazer tudo.”

E já se estava mesmo no final de Abril. As pessoas todas entusiasmadas não paravam de falar no assunto.

No dia 2 de Maio, os ranchos em Palma foram para a luta. A GNR ainda lá foi mas nada fizeram porque quando as pessoas se juntam não há força nenhuma que as vença.

No dia 3 de Maio, diz-me o José Lopes: “António Paulo, os de Palma foram ontem para a conquista das oito. Combina com o Granja e com as mulheres que amanhã é aqui a nossa vez, que eu combino com o Aníbal Pedro”: “Eh pá, está bem, mas não podemos falhar, nem por sombras.”

Como eu transportava as mulheres de Santa Catarina, à noite quando foi o apear do reboque, fiz sinal ao Granja para que elas não se fossem logo embora. O Granja disse “Olhem, esperem lá aí para ouvirem uma coisa que o nosso tractorista lhes tem para dizer.”

Nenhuma das mulheres arredou pé.

“Olhem, companheiras, é isto: amanhã vamos tentar conquistar as oito horas de trabalho. Mas, para isso temos de ser firmes e termos os pés bem assentes no chão. Mesmo que o meu sogro as mande ir trabalhar, ninguém arreda pé do fogão. Só se vai trabalhar quando o búzio da fábrica da Barrosinha tocar as oito. Ao meio-dia vamos almoçar. Depois às cinco, estamos a caminho de Santa Catarina. Combinado?” “Tudo bem.” “Então não falhem que amanhã por esta hora já têm lavado a roupa e feito as coisinhas da casa. Até amanhã.” “Até amanhã.”

Dali, de Santa Catarina té à Gacha onde eu morava na altura, não chegava a duas léguas. Em pouco mais de vinte minutos punha-me lá. Mas mesmo assim, sendo uma viagem curta ainda deu para eu pensar muito e questionar: e se esta coisa der para o torto? Se alguma das mulheres for apertada por alguma autoridade e disser que eu e o José Lopes é que planeámos tudo isto? Ficamos em maus lençóis. A PIDE vai-nos chumbar e bem chumbados!

(...) Acordei muito perto da hora de me levantar. (...) Pus-me a andar até Santa Catarina.

Quando lá cheguei só estava o capataz, Joaquim Granja e a mulher. Falámos, demos os bons dias e disse-lhes: “Isto que se vai dar hoje vai ficar na história das gentes da região do Vale do Sado, ou para o bem ou para o mal. Mas eu julgo que tudo vai dar certo.” “Eu também penso o mesmo.” “Pois você agora pelo caminho vá incitando sempre as mulheres para esta grande jornada de luta que se vai travar. Temos de estar coesos e firmes. Há de haver alguém que vai falar, mas depois de se ouvir, essa pessoa já não conta. Percebe?” “Claro, é como se ninguém tivesse falado.” “É isso mesmo. Quando acabarmos este diálogo já muitas mulheres, ou diria mesmo quase todas, ficaram a saber como agir.”

Arrancámos para o local de trabalho. Quando chegámos, o meu sogro já se encontrava ao fogão com os homens que viviam lá na herdade. Abri o taipal de trás do reboque, pus o escadote para as mulheres descerem e fui para junto dos homens para ver como é que eles iam agir. Depois, chegou o José Lopes com as da Vila. Apercebi-me logo pela maneira delas, sorridentes e determinadas.

Até que chegou a hora H.

O meu sogro como sendo o encarregado geral diz:

“Vamos lá ao trabalho.” E pôs-se a andar.

As mulheres ficaram todas paradas. E os homens iam começar a seguir o meu sogro e eu dissilhes: “Mas, o que é isso?”. Os homens pararam. “Esperem para ver. Não queiram dar cabo do que as mulheres vão fazer.”

E os homens já não seguiram o encarregado geral. Este voltou atrás e disse: “Então hoje ninguém quer trabalhar?”

Estava toda a minha gente calada. Mas depois, no meio de todas as pessoas ouviram-se duas vozes, de duas senhoras, a dizerem para o meu sogro: “Senhor António, hoje a gente só vai trabalhar quando o búzio da fábrica da Barrosinha tocar. Queremos as oito horas de trabalho.” “Está bem, mas tenho de ir informar o patrão e dizer-lhe o que se está a passar.”

Aproximei-me do encarregado e perguntei-lhe: “Você por acaso conhece alguma das mulheres que falaram?” “Mais ou menos. Eu sei quem elas são.” “Pois, mas você não vai dizer ao patrão que conhece as mulheres, pois não?” “Pois não. Ele não precisa de saber isso.” “Pois claro.

Porque se ele ou outros souberem disto, há bronca até dizer chega. Não diga nada. Deixe que alguém deles cá venha tirar nabos da púcara.”

A sirene tocou e toda a minha gente foi pegar ao trabalho.

Ao meio-dia tocou para o almoço. “Muito bom dia.” Nem homens nem mulheres responderam. “Já sei que vocês querem as oito horas de trabalho. Até acho bem, mas vocês devem compreender que nesta fase do ano e com tanto trabalho que temos para fazer, agradecia que fizessem mais uma hora.” Ninguém abriu o bico. E o tipo como ninguém respondeu ao seu apelo ainda disse: “Então, ninguém me responde?” Tudo calado. “Pelo menos mandem-me à merda. Vamos embora, que esta gente não merece nada. Vamos!”

E eu a ver o que o tipo queria armar aos trabalhadores: queria que fizessem mais uma hora de serviço que era para depois dizer que os trabalhadores tinham optado pelas nove horas e não pelas oito horas. O espertalhão.

Foi logo à partida tentar dar cabo do que há tantos anos as gentes do trabalho aspiravam, que chegasse esse grande dia – o dia 4 de maio de 1962.

Durante dois dias, dias 5 e 6, os trabalhadores não tinham capatazes para mandar. As pessoas sabiam o que tinham para fazer e tudo correu às mil maravilhas.

Eu ganhava dois escudos sobre o ordenado dos outros da jorna corrente. Estes recebiam vinte e três e eu vinte e cinco. Mas, fazendo as contas, ainda ganhava menos do que os outros.

Quando era o pôr-do-sol deixavam o serviço e eu ainda continuava, uma hora ou duas e, por muitas vezes, ainda mais.

(...) Mas, agora, a coisa vai mudar, porque eu por mim não vou permitir que me roubem no serviço que eu faço. As oito horas também são para mim e todas aquelas que eu fizer a mais das oito têm de ser pagas.

E assim foi. No sábado o pagador pagou-me como se fossem só as oito horas que eu tivesse trabalhado, mas eu nos transportes das mulheres fazia mais uma por cada dia.

No domingo esperei pelo patrão. Quando ele foi para a garagem para ir à missa das dez, dirigime a ele. Parou e perguntou-me: “Então, António. Há alguma novidade?” “Há, sim senhor.” “Então diz o que se passa.” “É o seguinte, patrão. É para lhe dizer que eu agora também quero para mim as oito horas de trabalho.” “Pois, está bem, mas deves compreender que vai haver muitas alturas em que não pode ser, tens de trabalhar mais horas.” “Eu sei, patrão. Mas, das oito da manhã até às cinco da tarde é que contam. Antes das oito horas da manhã e depois das cinco horas da tarde, passam a contar como horas extras. Não sei se o patrão está de acordo comigo.” “Então, se tu queres assim...” “Pois eu acho que tenho direito em receber alguma importância pelas horas que se fazem para além das oito.” “Pois sim. Está bem. De agora em diante passas a ganhar mais.” “Pois, mas esta semana já fiz umas horas. Quer que eu diga ao pagador alguma coisa?” “Não, deixa que eu falo com ele e ele paga-te.” “Então, muito obrigado.” Compreendi que o homem não tinha gostado nada da minha exigência.

Foi para alcançar tudo isto que eu e os outros andámos lutando anos, de dia e na sombra da noite, ao vento e à chuva, molhados a tiritar com frio. Chega.

(...) Mas a luta não terminou por termos alcançado as oito horas. Agora queríamos mais dinheiro como na ceifa do trigo em que alcançámos os trinta escudos.

Nas oito horas não ceifei; continuava no tractor transportando as mulheres para a monda do arroz e durante o dia transportava lenha e outras coisas como trigo para a eira. Depois, veio a debulha do trigo. Aqui gerou-se um conflito entre o patrão e os trabalhadores porque, antes do pessoal ter este horário debulhava-se o trigo à máquina, do nascer ao pôr-do-sol com uma hora para almoço e outra para jantar. Nesse tempo, até às duas horas ao jantar os velhacos tiravam o descanso de uma hora. (...)

Começava-se às oito horas, uma hora ao meio-dia para almoçar e às cinco dava-se o fora, largava-se a meio da tarde. Mas nesse primeiro dia, à hora do almoço, aparece o J. com aquele ar de sacana a dizer para os trabalhadores: “É rapaziada, vocês não têm necessidade de fazer tudo de fio, o trabalho é duro. E, se descansarem agora até às quatro horas, dormem uma sesta e depois comem às quatro e saem às oito. Ainda vai uma hora de sol.”

Os homens não acharam jeito porque tinham de estar o dia todo empatados ao pé do trabalho e disseram que não. “Não querem? Mas tem de ser como eu quero, o trabalho é meu e tem de ser feito como eu entender que é melhor para mim e também para vocês. Entenderam?” Os trabalhadores mais uma vez, apesar desta linguagem feitiça, não alinharam e negaram-se. O senhor J. (...) ainda tinha encalhada na garganta a espinha que lhe tinha ficado por causa das oito horas. Agora queria vingança. Diz para o G.: “Fica aqui, que eu já te venho buscar.” E pega no jipe e foi para Alcácer.

O G. chegou-se ao pé de mim e disse-me: “Senhor António Paulo, você vai-se embora porque é tractorista e não tem nada a ver com esta gente. Só vem aqui para encher os barris de água. Não tem nada a ver com a debulha do trigo nem com o trabalho da máquina e piscou-me o olho como quem dá um aviso que qualquer coisa de maior se ia passar. E eu assim fiz. Como tinha tudo cheio de água, peguei no tractor e fui direito ao monte da Gacha. Depois de ter passado a ponte, encontrei o F. que era o guarda-livros da casa e, também, o chefe da Legião Portuguesa aqui em Alcácer.

Ao fim de duas horas já a PIDE tinha ido à eira com dois jipes, trouxeram todos os trabalhadores para o posto da guarda para interrogatório, para verem quem é que tinha sido o cabecilha. Segundo me disseram, alguns dos trabalhadores, o chefe Corvo de Setúbal, que era ali o mandão da PIDE e muito mau, punha lá gritos dentro do posto que se ouviam na Ribeira Velha. Uma parte dos que foram levados para lá vieram cheios de medo mas tudo ficou na mesma (...).

As oito horas já estavam em vigor há quase três meses. Depois desse tempo todo, a coisa não voltava atrás. (...) Até os beirões, assim que viram os homens e as mulheres cá do sítio conquistarem este horário de trabalho, também eles, imediatamente, aderiram a esta grande conquista. E ainda melhoraram uma outra coisa: eles tinham por tradição comer de uma mesma vasilha cerca de vinte ou mesmo trinta homens em conjunto. Chamavam-lhe “comer de vasilha aberta”. Depois exigiram que o patrão comprasse um tachinho para que cada um comesse dele. Havia lá nesse rancho dois homens capazes para resolverem qualquer coisa. Foram esses dois que nesse dia se meteram à frente da malta dizendo: “A luta também é nossa. Não somos de cá mas estamos cá na terra. Se dá para estes cá do sítio também há-de dar para nós.”

Um certo dia, já nos fins de maio (...) vejo vir o C. que era o patrão. “Oh António.” “Diga, patrão.” (...) Entrou para o escritório e mandou-me entrar também. (...) “Ouve cá: tu andas por aí a dizer aos beirões para não fazerem horas? Que eu quero é que me façam o serviço, mas que pagar... é quase de borla? (...) E ainda não é só isto. Dizem que falas da Rússia.”

A prisão – 1965

(...) No café do Senhor Marcelino, chega o Luís Emídio e (...) diz-me ele: “Vou-lhe dizer uma coisa.” (...) “Lá na nossa Vila, a PIDE prendeu lá dois homens.” (...) “Sim, sim e tu sabes quem são eles...”

Quando o Luís me falou nisto, pus logo na minha mente que qualquer dia, a qualquer hora, também eu estaria em apuros.

(...) Na última semana de Julho, a um sábado, fui levar a minha filha mais velha ao autocarro para seguir viagem para Lisboa. Foi servir para a casa de um Conselheiro, um casal de idosos e reformados. Tinha tudo sido arranjado por uma filha da vizinha que também servia um casal na vizinhança deles. (...) Ao chegar a casa (...) almoçámos. Mas dentro de mim havia qualquer coisa que não estava bem.

(...) Já eram quinze horas (...). Ouvi bater à porta, fui abrir. Qual não foi a minha admiração ver à porta da minha casa o Sr. Ribeiro, o chefe de escritório da empresa onde eu trabalhava. (...) “Você é o mil trezentos e oitenta e três?” “Sou, sim senhor.” “Vêm ali uns senhores que querem falar consigo.” (...) “Você não me conhece.” (...) e tirou um cartão do bolso da camisa de manga curta que tinha umas letras vermelhas que todas juntas diziam PIDE. “E agora já sabe quem eu sou, não negue, e também já pôs à ideia o que nós viemos aqui fazer.” “Isso é que eu não sei.” “Mas vai já saber – eu preciso de ir aí dentro de casa. Posso entrar?” “Com certeza que pode, mas se vem procurar alguma coisa aí dentro, tudo quanto aí está é meu.” Nisto chega a minha mulher e as duas filhas – desatam logo a chorar. O chefe do escritório a acalmá-las, com o outro tipo que eram também da PIDE, enquanto o outro andava em casa revolvendo tudo: até o colchão das camas ele revolveu. Abriu uma lata que tinha servido para o café. O tipo perguntou-me: “E este dinheiro? É vosso? Ou é do Partido?” “Qual Partido, nem meio partido, eu logo vi que vocês vieram bater na porta errada.” Depois, já fora de casa, (...) diz, de seguida, para a mulher e as filhas que não paravam de chorar: “Calem-se que nós não queremos nada do seu marido. Nós só o levamos a Odemira para prestar umas declarações e mais nada.” “Deixem-me dar um beijo nela e nas miúdas”, pedi. “Para quê? Daqui por uma hora já cá está.”

Em Odemira, deixaram-no no posto da Guarda Nacional Republicana. Estive aí uma hora. Depois chegaram e disseram-me “Afinal, pensávamos que isto se resolvia aqui, mas não pode ser. Temos de ir para a sua terra, em Alcácer já se resolve o assunto.”

Depois, até Grândola, foi sempre a andar. Passámos por Alcácer (...) nem sequer parámos. Em Setúbal passou-se o mesmo: foi sempre a andar. (...) A descer para Azeitão (...) o carro parou. (...) Entro no carro e vai o PIDE e diz para o outro “Já viu chefe, este macaco tem mesmo cara de quem realmente gosta de jardinagem e de flores. Pois foi mesmo por essa razão que lhe deram o título de ‘Flores’.” E eu a ouvir toda esta tremonha disse logo para mim mesmo – estou chumbado da minha vida. Então estes velhacos já sabem o meu pseudónimo. A

Ao chegar a Cacilhas, meteram o carro no barco. (...) e vi um empregado do barco a olhar para mim com um ar de tristeza e para a PIDE não olhava da mesma forma: tinha nos olhos um sentido de raiva. Já no Cais do Sodré, subimos pela Rua António Maria Cardoso até chegarmos à sede. (...)

PAULO, António, MALHEIROS., Manuel, BALTASAR, Flávio, “Tempo de luta: a greve pelas horas de trabalho – 1962”, in Memórias Partilhadas. Vida de um Trabalhador Agrícola da Ribeira do Sado

Biografia de António de Jesus Paulo

António Jesus Paulo, nasceu em 1 de setembro de 1925, no Monte das Cotovias, em Alcácer do Sal. Tem hoje com 93 anos. Filho de trabalhadores do campo, António Paulo começou a trabalhar em criança, a guardar vacas, rumando depois para o trabalho nas campanhas do arroz das terras da Ribeira do Sado.

Em 1962, com 37 anos, foi um dos organizadores da luta pelas 8 horas de trabalho nos campos do Alentejo, na região de Alcácer do Sal. Combinados consigo, mulheres e homens decidiram trabalhar as oito horas, contra a vontade dos patrões e das autoridades. Venceram a luta, mas num dia de julho, em 1965, depois de deixar a sua filha mais velha na camioneta a caminho de Lisboa onde ia servir, António Paulo foi preso pela PIDE. Trazido para Lisboa, para a sede da PIDE, à António Maria Cardoso, foi interrogado e sofreu a tortura do sono. Ficou preso até setembro de 1966.

Deixa-nos aqui, como testemunho, um excerto das suas memórias, as da vida de um trabalhador na Ribeira do Sado.

ANEXO: cópia do contrato de Trabalho que a Herdade fazia para o pessoal do Norte.

**CONDIÇÕES DE CONTRATO DE TRABALHO DE PESSOAL DO NORTE
PARA AS HERDADES DE : _____**

.....
Homens -

Rapazes -

SOLDADA: - O Sota e o Amasselão ganham por mês mais 10\$00 do que os outros. O Amasselão quando não amassar ou quando o tempo sobrar irá também para o trabalho.

VIAGENS: - Não são contados os dias de viagem para efeitos de pagamento ficando, porém, a cargo de "Casa" as despesas de transporte.

TEMPORADA: - O prazo de contrato é de 2 de Janeiro a 30 de Junho. No caso do Patrão entender que não sejam precisos até ao dia de S. João, irão no dia que este determinar. Sendo preciso ficar algum do mês de Julho, será este pago pela mensalidade com mais 50\$00.

DESCANÇO: - Todos os dias são considerados dias de trabalho, excepto os dias de Domingo Gordo, Entrudo, Sexta Feira Santa, Domingo de Páscoa e dia de S. João, caso cá o passem. Nestes dias a comida será melhorada. Nos meses em que não entram estes dias terão um Domingo para limpeza.

ALIMENTAÇÃO: - Será como de costume, abundante e de boa qualidade.

TRABALHOS: - São sempre de sol-a-sol, como de costume, incluindo os do arroz. Neste serviço, caso tenha de haver alguma alteração será esta combinada com o Maioral.

LENHAS: - As lenhas são postas no Quartel pelo pessoal da "Malta" determinados pelo Maioral.

FERRAMENTAS: - Todas as ferramentas para o trabalho são de conta da "Casa".

ABONOS: - Os abonos serão feitos pelo Entrudo e Páscoa, não podendo exceder metade do que o trabalhador tenha já ganho.

DOENÇAS: - No caso de doença grave, provada pelo médico, se o trabalhador carecer de regressar à terra ser-lhe-á feito o pagamento dos dias de trabalho e viagem da vinda. Os dias perdidos por acidentes de trabalho serão pagos em conformidade com a Lei. Sendo-lhe descontado 8\$00 para a alimentação.

Médico: - O trabalhador durante a vigência deste contrato, terá assistência médica e farmacêutica paga pela "Casa".

FALTAS: - O trabalhador que abandone o trabalho, antes do fim deste contrato, que falte ao respeito aos seus superiores ou que se porte mal será despedido, tendo apenas direito de exigir o pagamento no mesmo dia em que este se faça a todo o pessoal e ser-lhe-á descontado um terço das importâncias vencidas não tendo o direito à passagem de regresso. Os dias perdidos voluntariamente serão descontados em dobro, sendo um para descontar a alimentação e outro como castigo.

INTERRUPÇÕES: - Aquele que por qualquer motivo devidamente justificado incluindo o dever militar, tenha de interromper este contrato, poderá regressar ao rancho, não pagando, porem os dias de interrupção e ficará sujeito à cláusula 9ª se o tempo perdido for superior a dez dias.

NEGÓCIOS: - É expressamente proibido negociar seja no que for, assim como, jogar. Além do castigo a que ficam sujeitos ser-lhe-á apreendido o género negociado sem qualquer direito a indemnização. Esta cláusula respeita tanto aos trabalhadores como ao Maioral.

Alcázar do SAL, ____ de _____ de 1958

O Patrão

O Maioral